

Boas-vindas do Plenário do Tribunal Federal de Recursos*

Às quatorze horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros Armando Rollemberg, José Dantas, Washington Bolívar, Torreão Braz, Carlos Velloso, Otto Rocha, William Patterson, Sebastião Reis, José Cândido, Pedro Acioli, Pádua Ribeiro, Geraldo Sobral, Hélio Pinheiro, Carlos Thibau, Costa Leite, Nilson Naves, Eduardo Ribeiro e **Ilmar Galvão**, foi aberta a Sessão.

Não compareceram, por motivo justificado, os Exmos. Srs. Ministros Bueno de Souza, Miguel Ferrante, Américo Luz, Flaquer Scartezzini e Costa Lima.

Lida, e não impugnada, foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

O EXMO. SR. MINISTRO LAURO LEITÃO (PRESIDENTE):

Srs. Ministros, faço as comunicações de praxe, na forma como se segue: no dia 26 do corrente mês, acompanhado dos Exmos. Srs. Ministros Bueno de Souza, Carlos Thibau e Costa Leite, compareci ao encerramento do 3º Encontro Nacional de Juizes Federais realizado na cidade do Rio de Janeiro. Ontem, fui recebido em audiência pelo Sr. Ministro do Planejamento, Dr. João Sayad, ocasião em que tratei de assunto de interesse deste Tribunal, bem como da Justiça Federal. Ainda ontem, participei do 4º Encontro Nacional dos Procuradores da República, realizado no Auditório Petrônio Portela, na sede do Congresso Nacional.

Tenho em Mesa o PA 1825/85. Trata-se do processo relativo à aposentadoria do nosso eminente colega Ministro Jarbas dos Santos Nobre. Antes de encaminhar o processo ao Ministério da Justiça, cabe a este Tribunal, nos termos do Regimento Interno, apreciar o pedido de aposentadoria, eis que, conforme laudo médico, é por motivo de saúde. Submeto, assim, à aprovação do Plenário o pedido de aposentadoria do Senhor Ministro Jarbas Nobre.

“O TFR apreciando o pedido de aposentadoria em referência decidiu aprova-lo a unanimidade.”

Srs. Ministros, antes de passar ao exame do processo seguinte constante da pauta, cabe à Presidência registrar, para que conste da ata dos nossos trabalhos, que esta é a primeira sessão na Corte a que comparece o nosso novo Ministro **Ilmar Galvão**, que foi empossado, no dia 29 do corrente mês, no cargo de Ministro do

* Ata da 33ª Sessão Ordinária do Pleno do Tribunal Federal de Recursos, de 31/10/1985.

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

Tribunal Federal de Recursos, em vaga verificada com nomeação do eminente Ministro Carlos Madeira para o cargo de Ministro do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

O eminente Ministro **Ilmar Galvão**, como é de conhecimento de todos, é natural da Bahia; residiu durante vários anos no Estado do Acre, onde exerceu as mais importantes funções. Foi advogado, foi Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Acre. Lá foi Juiz Federal e foi Juiz Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde exercia ultimamente as funções de Diretor do Foro. Em todos esses cargos, em todas essas funções exercidas, sempre se houve com muita eficiência, com muito brilho. É um magistrado culto, operoso e, por isso mesmo, todos temos certeza de que S. Exa. haverá de, nesta Corte, com a sua inteligência com a sua formosa cultura, com a sua experiência, prestar uma inestimável colaboração, não só à Corte, como também ao Poder Judiciário do Brasil.

Eu registro, com agrado, a presença de S. Exa. nesta sessão, apresentando, em nome de todos, os votos de boas-vindas.

O EXMO. SR. DR. GERALDO ANDRADE FONTELES (SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA):

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Ministros, ao Ministério Público, por meu intermédio, cumpre, sem dúvida nenhuma, sublinhar as qualidades expressas pelo ilustre Presidente desta Casa em relação ao eminente Ministro **Ilmar**. E, neste ensejo, em meu nome pessoal, pela grande estima que devoto ao querido amigo, e em nome do Ministério Público, registro o regozijo pelo seu ingresso nesta Casa, certo que será um daqueles que bem aumentará o valor das decisões desse grande Tribunal. Muito obrigado.

O EXMO. SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO:

Podeis imaginar a emoção que me invade a alma neste momento em que, na qualidade de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, participo da primeira Sessão Plena desta Colenda Corte.

Ao sair, jovem, de minha pequena cidade Jaguaquara, na Bahia, jamais poderia esperar que viesse um dia a envergar as vestes talares, muito menos da magistratura de segunda instância. Ainda mais inconcebível, como integrante de um dos mais altos tribunais federais.

Faço-o com toda humildade e com o maior respeito aos eminentes magistrados que por aqui passaram e aqueles que ora compõem este conceituado colegiado, renomados julgadores que há muito aprendi a admirar, reconhecidos expoentes de nossas letras jurídicas.

Tive de abrir caminho pelo trabalho. E o trabalho é o único título que posso apresentar neste momento, a justificar tão grande honra.

Dedico-me a ele desde os 11 anos de idade. Filho de família pobre, órfão de pai aos 7 anos, o segundo de uma série de 6 irmãos, praticamente ainda na infância tornei-me arrimo de família.

Numa época em que eram reduzidíssimas as oportunidades de estudo e de trabalho, aos 18 anos de idade, quando ingressei no quadro de pessoal do Banco do Brasil, já contava com mais de um lustro de trabalho em outras atividades mais modestas.

O Banco do Brasil levou-me a São Paulo e depois ao Rio de Janeiro, onde alcancei a primeira meta de minha vida, a conclusão do curso superior, na então Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Mal concluí o curso jurídico, aventurei-me a ir para a linha de frente de nossa civilização – o Estado do Acre, que acabava de adquirir a sua autonomia política.

Lá encontrei a companheira inseparável de meus dias. Lá formei a família que é hoje a razão de minha vida.

Lá também, entre outras coisas, ajudei a fundar uma Faculdade de Direito e uma Universidade.

Lá consegui ser Professor de Direito e Juiz.

Removido para Brasília, aqui exerci, durante mais de 6 anos, sob vossa vigilância, o cargo de Juiz Federal da 2ª Vara, função que acabo de deixar, guindado a esta magistratura superior, graças a vossa escolha.

É com temor e tremor que inicio hoje as atividades de elevado cargo.

Lembro-me neste momento do Deus de minha infância. Do Deus dos Cristãos, cuja existência minha velha mãe me revelou, ao ensinar-me as regras básicas da vida e da morte.

Faço uma dupla oração: agradeço a Ele todas as honras, a meu ver imerecidas, que Ele permitiu que eu recebesse. Peço-lhe as luzes e as forças necessárias para que dela possa tornar-me digno e para que possa corresponder às vossas expectativas.

O EXMO. SR. MINISTRO LAURO LEITÃO (PRESIDENTE):

A ata dos nossos trabalhos registrará todas as manifestações que acabam de ser feitas.